

“Ou País cresce ou teremos de entregá-lo”

O Brasil tem pouca chance de sair do “buraco” em que se encontra mantendo um clima de recessão: “Ou o País continua crescendo para pagar sua dívida ou vamos ter de entregá-lo”. Esse foi a conclusão do pronunciamento do vice-presidente da federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Cláudio Bardella, no seminário “Brasil 83/84: recessão ou ajustamento”, que abordou a estratégia diante da crise, os problemas de taxa de juros, emprego e abastecimento.

Foi promovido pela Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais e pela Associação Promotora de Estudos da Economia e patrocinado pela Sociedade Rural Brasileira e Associação Comercial de São Paulo.

Ao abordar a questão de confiabilidade no governo, tema que dominou a painel sobre “a crise e as perspectivas 83/84, taxas de juros e dívida externa”, Bardella disse que na área industrial não parece que algum empresário acredite nos compromissos que o Brasil assumiu com o FMI, que são totalmente “inviáveis, sem grau de credibilidade ou confiabilidade”.

Ele acha óbvio que os efeitos da maxidesvalorização serão anulados, a não ser que medidas complementares sejam adotadas imediatamente, porque as já anunciadas são “tímidas, ineficientes e ineficazes”.

Para as empresas públicas, o ministro Ernane Galvêas, segundo Bardella, parece ter encontrado a solução, por meio de cobertura com o imposto de exportação. Mas as empresas privadas não têm perspectiva de obter recursos, o que trará como consequência maior estatização.

“Essa socialização dos meios de produção não trará nada a não ser o pagamento das dívidas do setor”, prosseguiu, dizendo que o governo deveria ter coragem de agir como empresário: fechar suas empresas, que não têm razão de existir.

Nesse sentido, lembrou que as discussões sobre investimentos nunca foram feitas e que a iniciativa privada é classificada de antipatriótica quando faz suas críticas, mas o resultado é um “setor público quebrado”. Além disso, quando se fala em capitalização das empresas privadas nacionais, Bardella lembra que isso só ocorre quando há expectativa de lucro, o que não existe hoje, porque o único objetivo é sobreviver.

“A crise e as perspectivas 83/84, taxas de juro e dívida externa”, o primeiro tema, foi presidido pelo governador Tancredo Neves, tendo como expositores Celso Martone e

Cláudio Contador, como provocador, Robert Appy e como comentadores, Roberto Konder Bornhausen, Carlos Brandão e Cláudio Bardella.

POLÍTICA INDUSTRIAL

“Ajustamentos na indústria e comércio: emprego, previdência e tecnologia”, tema do painel presidido pelo senador Marco Maciel, teve como expositores Helson Braga e Roberto Macedo, como provocador Paulo Rabello de Castro e como comentadores Luiz Eulálio Bueno Vidigal Filho, Guilherme Afif Domingos, Laerte Setúbal Filho e Julien Chacel.

Uma política industrial clara e definida foi considerada premissa básica para que possam ser estabelecidos ajustamentos na indústria e no comércio, visando a definir a estrutura de sustentação da economia a longo prazo. Para Helson Braga, a curto prazo com redução das taxas de crescimento “não se pode pensar em garantia dos níveis de emprego”.

Roberto Macedo comentou a ausência de uma política de emprego, afirmando que “só se fala nela quando há desemprego”. A queda dos níveis de emprego, analisada segundo os indicadores da Fiesp, que além de confiáveis estão disponíveis muito antes dos do IBGE, ocorrida em 81, apresentou recuperação no início de 82, voltando a ser alarmante em setembro do ano passado, para, em janeiro de 83, tornar o quadro novamente desfavorável.

A vulnerabilidade do setor financeiro, em consequência da maxidesvalorização, foi creditada por Luiz Eulálio Bueno Vidigal a “falta de uma política econômica clara e definida; que por sua vez repercute na política industrial, gerando problemas de desemprego”. Os empréstimos compulsórios em moeda estrangeira “acabaram por agravar a difícil situação de liquidez das indústrias”.

Laerte Setúbal comentou que os efeitos da maxidesvalorização para os exportadores são benéficos e devem ser explorados rapidamente. Contudo, explicou que “a dívida externa não se paga com o saldo da balança comercial, pois ela está vinculada aos investimentos”. Segundo Setúbal o dinheiro está nas mãos dos países do Terceiro Mundo e representa uma arma política, que deve ser utilizada nas negociações com os demais países.

O PDS E O FMI

O senador José Sarney, presidente nacional do PDS, justificou ontem, no Rio, os desmentidos anteriores do ministro Delfim Netto sobre a maxidesvalorização e a ida do Brasil ao FMI como uma “medida tática para evitar o pior” e alegou que agora cabe a seu partido o ônus de assumir a responsabilidade por ela.

Disse ainda que é evidente que o Congresso discutirá o problema econômico brasileiro, mas não quis comentar sobre a decisão de Saturnino Braga, de recorrer ao Judiciário, se for necessário, para que o acordo com o FMI seja apreciado e votado pelo Senado.

MAXI TRI O

